



Policrise, ambiguidade sociocultural e decolonialismos na capacidade adaptativa de migrantes venezuelanos

Yorman Paredes-Marquez
Sâmia Maracaípe Lima
Leandro Luiz Giatti

Introdução

A migração é um direito previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, garantindo ao ser humano, que possui uma natureza social e móvel, o direito universal de se deslocar. Este direito é intrínseco a todos, independentemente de onde estejam. A necessidade de migrar surge por diversos motivos, como a escassez de alimentos, conflitos armados, busca por melhores condições de vida, perseguições, ameaças à sobrevivência, desastres naturais, violação de direitos fundamentais, entre outros (Ventura, 2015).

Desde a chegada dos colonizadores europeus no século XV, a América Latina tem sido palco de movimentos migratórios tanto forçados quanto voluntários. A colonização pelos impérios europeus envolveu a migração forçada de povos indígenas, africanos escravizados e colonos europeus, estabelecendo uma hierarquia racial e uma divisão étnica do trabalho que perduraram após as independências. Na Venezuela, a migração começou internamente, mas, com o tempo e dadas as condições desumanas de vida, especialmente em relação à alimentação, saúde e educação, os processos migratórios se intensificaram, preferencialmente para países vizinhos. A deterioração econômica, social e a instabilidade política geraram uma onda migratória sem precedentes na região (Banco Mundial, 2018), resultando em violação dos direitos humanos (Paz Noguera *et al.*, 2021).

Organismos multilaterais apontaram o fenômeno migratório venezuelano como uma das maiores crises enfrentadas na América Latina. Ventura (2015) destaca que as pessoas que migram são vítimas da forma de organização política dominante do Estado Moderno, muitas vezes de maneira forçada. A crise política, marcada por violência e repressão, também contribuiu para a decisão de muitos venezuelanos de abandonar o país (Weitzman e Huss, 2024). Dados mais recentes da UNHCR apontam que 6,9 milhões de venezuelanos migraram de 2017 a 2023

devido à crise política e socioeconômica, com o Brasil sendo um dos principais países anfitriões, "criando o maior deslocamento na história recente da América Latina" (the UN Refugee Agency [UNCR], 2024).

A chegada dessas pessoas é marcada pela falta de posses e incertezas, pois, ao contrário dos imigrantes não-forçados, não sabem por quanto tempo terão abrigo ou quando poderão trabalhar para suprir suas necessidades e de suas famílias (Kreuzbauer e Kriechbaum-Vitellozzi, 2006). Após enfrentar diversas dificuldades, os imigrantes ainda enfrentam mudanças geográficas e problemas práticos e estruturais, como a necessidade de encontrar alimentação, medicação, vestuário, habitação e proteção (Crockett *et al.*, 2011; Pereira *et al.*, 2016).

Essas situações têm levado os venezuelanos a vivenciarem situações de vulnerabilidade extrema. Após sobreviverem à escassez e atravessarem a fronteira, expondo-se ao risco de morte nas rotas do tráfico de drogas, chegam a Boa Vista, capital do estado de Roraima, onde sofrem múltiplos preconceitos (McCauliffe *et al.*, 2019). São vítimas de situações persistentes de discriminação, xenofobia, exploração laboral e crescente desrespeito à dignidade da pessoa humana (Cabiezes *et al.*, 2018).

A migração venezuelana para o Brasil, especialmente para o estado de Roraima, está intrinsecamente ligada à herança colonial das relações de poder na América Latina. A Venezuela, assim como outros países da região, carrega os legados do colonialismo europeu, refletidos em desigualdades socioeconômicas, racismo estrutural e concentração de poder nas elites tradicionais. Pessoas que, impactadas por seus deslocamentos, muitas vezes forçadas, têm elevado potencial para desenvolvimento de doenças e agravos de ordem tanto física como emocional (Guerra *et al.*, 2019). Além disso, com a pandemia da Covid-19, as vulnerabilidades socioeconômicas e de saúde foram exacerbadas. Doenças e agravos físicos decorrentes, em sua maior parte, das más condições de vida e trabalho pioraram ainda mais a condição de vulnerabilidade dos imigrantes.

Pesquisas recentes sobre a situação na dimensão programática destacam os marcadores de vulnerabilidade, como o acesso aos serviços de saúde, o desenvolvimento de políticas públicas de saúde e as práticas de saúde, consequências das fragilidades no campo das políticas públicas direcionadas à saúde dos imigrantes (Cavalcante Neto *et al.*, 2023). Além disso, a barreira do idioma é ressaltada como o principal limitador do acesso aos serviços de saúde, seguido do tempo de espera para o atendimento e os custos dos serviços. A vulnerabilidade dos refugiados está relacionada a muitos fatores, desde as condições que os fizeram sair do seu país, que representam uma grave violação aos direitos humanos e às

liberdades fundamentais, até a falta de documentação, orientação para conseguir acolhimento e refúgio e, principalmente, as diferenças culturais, como a linguagem e os costumes. A importância da redução da vulnerabilidade é apontada por Chambers (1989) como tão fundamental quanto a importância da redução da fome.

Os migrantes frequentemente enfrentam desafios relacionados com a identidade e o sentimento de pertencimento. Isso inclui a dificuldade em conciliar sua identidade cultural nativa com as novas normas culturais do país anfitrião. Podem sentir-se divididos entre preservar sua herança cultural e adaptar-se ao novo ambiente, levando a um sentimento de ambiguidade sobre onde realmente pertencem (Green e Staerklé, 2013; Bond, 2022). As diferenças dessas pessoas, explicitadas pela língua, pelo sotaque, pelas vestimentas ou por determinados costumes e comportamentos, muitas vezes pouco dizem sobre suas cosmovisões (Martin *et al.*, 2018).

A "Canção do Subdesenvolvido" de Carlos Lyra, com sua letra rica e significativa, oferece uma crítica contundente ao subdesenvolvimento no Brasil, narrando a transição do Brasil do período colonial para seu estado contemporâneo de subdesenvolvimento, destacando a exploração e a dependência do capital estrangeiro. Este quadro histórico de dependência e desigualdade se reflete na situação dos migrantes venezuelanos no Brasil. Fugindo de uma profunda crise econômica e política na Venezuela, muitos migrantes enfrentam condições precárias e dependem de ajuda humanitária e programas de integração que nem sempre são suficientes ou eficazes. Outro aspecto destacado pela música é a resistência cultural e a preservação da identidade brasileira. Os migrantes venezuelanos no Brasil também enfrentam o desafio de manter sua identidade cultural enquanto se adaptam a uma nova sociedade.

A pesquisa qualitativa pode fornecer informações sobre possíveis intervenções para atender às necessidades de saúde dos migrantes, revelando temas não antecipados que são importantes para eles. Isso pode levar a novas áreas de pesquisa e ser potencializado com uma abordagem participativa, permitindo a interação e o empoderamento, rompendo o isolamento de grupos marginalizados e apoiando a inclusão cognitiva, a diversidade, a ecologia do conhecimento e a hibridização nos processos de tomada de decisão (Giatti *et al.*, 2021).

O objetivo desta pesquisa é analisar e compreender as dinâmicas da migração venezuelana no Brasil, no contexto global de polícrises, ambiguidade sociocultural e persistência da colonialidade na racionalidade e no poder. Busca-se explorar como esses fatores inter-relacionados afetam a experiência dos migrantes venezuelanos,

identificando os desafios específicos que enfrentam em termos de integração social, acesso a serviços básicos e adaptação cultural. Consideramos que esses atributos operando conjuntamente são componentes fundamentais daquilo que pode ser a capacidade adaptativa desses grupos sociais em condição de vulnerabilidade. Além disso, a pesquisa pretende fornecer um marco teórico e empírico para o desenvolvimento de políticas públicas e estratégias de apoio que promovam uma integração inclusiva e equitativa dos migrantes na sociedade brasileira.

Este capítulo de livro faz parte do estudo de doutorado: "Resiliência, vulnerabilidade e capacidade adaptativa de migrantes venezuelanos às mudanças climáticas em São Paulo, Brasil", desenvolvido na Universidade de São Paulo através da Faculdade de Saúde Pública. Este estudo se baseia em levantamento bibliográfico e uma metodologia qualitativa, utilizando entrevistas semiestruturadas. A metodologia foi dividida em duas etapas principais.

Na primeira etapa, a revisão da literatura foi realizada utilizando uma metodologia de revisão de escopo, que visa mapear rapidamente os conceitos-chave e as principais fontes e tipos de evidência, buscando uma cobertura profunda da literatura disponível (Arksey e O'Malley, 2005). Foi utilizada a ferramenta de busca "PICO" e operadores booleanos nos idiomas inglês, espanhol e português em diversas bases de dados, incluindo Ovid MEDLINE, Ovid EMBASE, EBSCO CINAHL Plus, Scielo, Redalyc, LILACS, PubMed, Clarivate Analytics Web of Science e DIALNET.

A segunda etapa utilizou entrevistas semiestruturadas com atores de organizações não governamentais que trabalham diretamente com migrantes venezuelanos em São Paulo, Brasil. Foram realizadas quatro entrevistas em profundidade com representantes de organizações não governamentais que trabalham com migrantes, bem como com funcionários de diferentes ONG, incluindo a Abraven (Asociación Brasileña de Amigos para Venezuela), a Federação Internacional para Desportistas Refugiados, Casa Venezuela e Casa de Acolhida AIRE. A abordagem qualitativa permite uma compreensão profunda das experiências e percepções dos migrantes, facilitando a identificação de barreiras e estratégias de enfrentamento a partir da perspectiva dos próprios migrantes.

Os critérios de inclusão para a seleção dos entrevistados foram: ser líder ou representante de nacionalidade venezuelana de uma ONG que atua diretamente com migrantes; ter experiência no trabalho com esta população e estar envolvido em projetos ou iniciativas voltadas para a integração social e cultural dos migrantes. As entrevistas foram conduzidas em português e espanhol, conforme a preferência do entrevistado, e tiveram duração média de 30 a 60 minutos. Os temas abordados

incluíram as principais barreiras enfrentadas pelos migrantes, estratégias de integração, desafios culturais e linguísticos, e a percepção sobre as políticas públicas existentes.

Em 2023, o projeto de pesquisa foi aceito e aprovado pelo comitê de ética da FSP/USP por meio da Plataforma Brasil (CAAE 70227823.0.0000.5421). Portanto, as entrevistas foram previamente previstas e contaram com a entrega e assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), garantindo assim os princípios éticos da pesquisa. A análise das entrevistas foi realizada utilizando o método de análise temática (Braun e Clarke, 2006), permitindo a identificação de padrões e temas recorrentes nas experiências relatadas pelos líderes das ONG. Este enfoque metodológico possibilitou uma compreensão aprofundada das complexidades da migração venezuelana no contexto brasileiro, destacando as intersecções entre vulnerabilidade social, ambiguidade sociocultural e os efeitos da policrise global.

História da Migração e Colonialidade na América Latina

Desde a chegada dos colonizadores europeus no século XV, a América Latina tem sido palco de movimentos migratórios tanto forçados quanto voluntários. A colonização impôs novas hierarquias raciais, sociais e econômicas que se perpetuaram ao longo do tempo. A exploração dos recursos naturais e humanos, juntamente com a imposição de sistemas políticos e econômicos externos, criou uma estrutura de desigualdade que persiste até hoje.

Quijano (2000) introduziu a teoria da colonialidade do poder e do eurocentrismo para entender a história da América Latina. A conquista do continente estabeleceu um novo padrão de poder mundial baseado na classificação racial da população e na articulação de diversas formas de controle do trabalho em torno do capital e do mercado global. Esse processo conferiu à Europa Ocidental, particularmente a Espanha e Portugal, uma posição privilegiada como centro do capitalismo mundial. Isso não apenas determinou uma divisão racial do trabalho, com as raças colonizadas associadas a formas de trabalho não assalariado, mas também levou à imposição de uma perspectiva eurocêntrica do conhecimento e da cultura. A colonialidade do poder implicou a repressão e expropriação dos saberes dos povos colonizados, relegando-os a um passado "primitivo" em contraste com a suposta superioridade da modernidade europeia.

A colonização da América Latina pelos impérios europeus envolveu a migração forçada de povos indígenas, africanos escravizados e colonos europeus. Esse processo estabeleceu uma hierarquia racial e uma divisão étnica do trabalho

que perdurou após as independências. No século XIX e início do XX, houve uma onda de imigração europeia para a América Latina, especialmente para países como Argentina, Brasil e México. Essa migração era vista como uma forma de "brankeamento" da população e de substituição da mão de obra escrava. Nas décadas após a Segunda Guerra Mundial, houve intensos fluxos migratórios internos na América Latina, com um êxodo rural em direção aos centros urbanos. Esse processo de urbanização acelerada reforçou as desigualdades sociais e a segregação racial nas cidades. Nas últimas décadas, a América Latina também tem sido destino de migrantes vindos de outras regiões do Sul global, como haitianos, venezuelanos e centro-americanos. Essas migrações desafiam as hierarquias raciais e de cidadania estabelecidas durante a colonização. As políticas migratórias na América Latina carregam a herança da colonialidade, privilegiando certos perfis de migrantes em detrimento de outros, com base em critérios étnicos, raciais e de classe (Gutiérrez, 2018).

Apesar das melhorias nas condições de vida em vários países da América Latina nos últimos anos, devido a diferentes trajetórias econômicas, políticas, sociais e culturais, esse legado colonial continua a ter profundas implicações nas estruturas de poder, no conhecimento e na subjetividade na América Latina até hoje. A imposição de práticas e costumes do continente europeu fomentou a depreciação e vulnerabilidade das culturas locais, devido ao desprezo e inferioridade atribuídos às múltiplas formas de conhecimento tradicional. Isso serviu como um instrumento de governança global, evidenciando o lado perverso da modernidade eurocêntrica, cujos resultados incluíram desmatamento, degradação da terra, poluição do ar, água e terra, fome, pobreza, desigualdade, desemprego e subemprego (Beghin, 2022).

Durante a pandemia de Covid-19, todos esses males, fruto do colonialismo, foram acentuados. A pandemia exacerbou ainda mais a situação de pobreza e exclusão que já afetava a região, onde um terço da população da América Latina vive na pobreza, 10% dos trabalhadores estão desempregados e metade da força de trabalho tem empregos informais ou temporários. As mulheres nas periferias mais pobres de Santiago do Chile têm até 18 anos menos de expectativa de vida em comparação com as mulheres dos bairros mais ricos. As desigualdades foram exacerbadas, onde o 1% mais rico acumula 20% da renda total, enquanto o 50% mais pobre tem acesso a apenas 10% da riqueza (Beghin, 2022). A pandemia teve efeitos devastadores nas áreas econômica, social e de saúde na região.

No caso dos migrantes na América Latina, eles foram afetados de forma diferenciada com base em sua situação laboral. Aqueles que estavam em empregos vulneráveis, informais ou autônomos, e os que possuíam pequenos negócios,

enfrentaram maiores dificuldades. Esta situação reflete um padrão histórico em que populações marginalizadas, frequentemente compostas por migrantes e descendentes de escravizados, têm acesso limitado a recursos econômicos e sociais.

A perspectiva da colonialidade do poder ajuda a entender por que a pandemia agravou os desafios enfrentados pelos refugiados no Brasil. Por serem estrangeiros, os refugiados já enfrentavam dificuldades de acesso a informações, serviços e direitos básicos. Durante a crise sanitária, essas barreiras se tornaram ainda mais pronunciadas, destacando a continuidade da discriminação sistêmica e a exclusão social que caracteriza a colonialidade nas políticas de estado e na sociedade brasileira (Martuscelli, 2021).

A pandemia também trouxe à tona novos desafios específicos para os refugiados, refletindo a interseção de suas identidades de deslocados forçados. O fechamento de serviços migratórios, por exemplo, criou uma situação de extrema vulnerabilidade. Os refugiados passaram a experimentar a sensação de "viver a pandemia duas vezes", pois além dos traumas e dificuldades associadas ao deslocamento forçado, agora enfrentavam os impactos adicionais da crise sanitária. Este duplo fardo é emblemático das experiências de muitos migrantes e refugiados na América Latina, onde a história de migração é marcada por deslocamentos forçados devido a conflitos, perseguições e crises econômicas (Martuscelli, 2021).

A interseccionalidade das identidades de classe, nacionalidade e deslocamento forçado revela como os refugiados no Brasil enfrentaram múltiplas camadas de vulnerabilidade durante a pandemia de Covid-19. Estas camadas se somam aos desafios já existentes, criados por um legado histórico de desigualdade e exclusão. A análise interseccional, portanto, é crucial para entender a complexidade das experiências dos refugiados e para o desenvolvimento de políticas que reconheçam e abordem essas múltiplas dimensões de vulnerabilidade (Martuscelli, 2021).

A migração e a colonialidade estão intrinsecamente entrelaçadas, pois os movimentos migratórios frequentemente refletem as estruturas de poder e as dinâmicas históricas do colonialismo. A colonialidade, entendida como a persistência das hierarquias coloniais no mundo contemporâneo, influencia quem se vê obrigado a migrar e sob quais condições. A migração forçada, especialmente de países anteriormente colonizados para os antigos centros coloniais, pode ser vista como uma continuação das relações desiguais de poder. Essas dinâmicas incluem a exploração econômica, a imposição cultural e a violência estrutural que obrigam as pessoas a buscar asilo e oportunidades em outros lugares. Nesse contexto, o

colonialismo transatlântico de colonos brancos europeus e o capitalismo racial desempenham um papel crucial, perpetuando desigualdades e configurando as políticas de migração e asilo no mundo atual (Gutiérrez, 2018).

As pesquisas sobre migração e colonialidade no Sul Global concentram-se em analisar como os legados coloniais continuam influenciando as dinâmicas migratórias e a produção de conhecimento sobre migração. Essas investigações destacam que a maioria dos estudos migratórios tem sido dominada por perspectivas do Norte Global, levando à marginalização epistêmica das experiências e conhecimentos do Sul Global. Acadêmicos argumentam que é crucial decolonizar a pesquisa migratória, questionando as categorias e enfoques eurocêntricos que não capturam adequadamente as complexidades dos processos migratórios no Sul Global. Além disso, propõem a necessidade de envolver ativamente pesquisadores e comunidades do Sul Global na produção de conhecimento, promovendo uma epistemologia que reconheça e valorize as perspectivas locais e as relações de poder históricas e contemporâneas que moldam a migração (Landström e Crawley, 2024).

Compreender a história da migração e a colonialidade na América Latina permite uma análise mais profunda das dinâmicas de poder que continuam a moldar as vidas dos refugiados, destacando a necessidade de abordagens holísticas e integradas para promover a justiça social e a equidade.

Colonialidade e Migração Venezuelana

O fenômeno da migração global tem se intensificado nas últimas décadas. Segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU) de 2013, estimava-se que havia mais de 258 milhões de migrantes internacionais no mundo. É importante ressaltar que esse número é anterior a eventos significativos como a pandemia da Covid-19, a guerra na Ucrânia e a crises na Venezuela, que provavelmente impactaram esses fluxos migratórios.

A migração venezuelana é impulsionada por uma combinação de fatores econômicos, de segurança e políticos. Entre 2014 e 2016, a inflação na Venezuela aumentou dez vezes, atingindo níveis astronômicos de mais de 80.000% ao ano em 2018. Isso levou a uma escassez crítica de alimentos e suprimentos médicos, afetando gravemente a qualidade de vida dos venezuelanos. Além disso, a insegurança pública deteriorou-se, com a Venezuela registrando uma das taxas de homicídios mais altas do mundo. A crise política, marcada por violência e repressão, também contribuiu para a decisão de muitos venezuelanos de abandonar o país (Weitzman e Huss, 2024).

A migração tem tido um impacto profundo na estrutura e composição dos lares venezuelanos. O trabalho de Paredes e Doria (2022) indica que a composição demográfica dos domicílios na Venezuela mudou significativamente, com um aumento no número de casas com múltiplos idosos, mulheres e crianças. Alguns membros das famílias têm mais probabilidade de migrar sozinhos, enquanto outros tendem a migrar acompanhados ou a reunir-se com familiares no exterior (Weitzman e Huss, 2024).

A migração venezuelana no Brasil cresceu exponencialmente nos últimos anos. O Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) reportou em 2021 a presença de 71.389 refugiados reconhecidos no país, sendo 70% deles de nacionalidade venezuelana. Esse número significativo de venezuelanos entrou no país através da fronteira norte, particularmente pela cidade de Pacaraima, no estado de Roraima. Entre 2015 e junho de 2017, as solicitações de refúgio de venezuelanos aumentaram drasticamente, refletindo um fluxo migratório recente e sem precedentes. Este movimento levou muitos venezuelanos a buscar melhores condições de vida no Brasil. A maioria desses migrantes são jovens (72% têm entre 20 e 39 anos), com um bom nível educacional (30,8% possuem ensino médio completo), e menos da metade migrou com familiares. Contudo, enfrentam desafios significativos, como o desemprego, a falta de conhecimento do idioma português (Da Frota Simões *et al.*, 2017) e ineficiências e ausência de um modelo de assistência aos refugiados para atender diferentes problemas de saúde (França *et al.*, 2019).

Esse fluxo migratório tem apresentado desafios significativos para o Brasil, incluindo a necessidade de proporcionar assistência humanitária, integrar os migrantes na sociedade e gerir as tensões locais. O governo brasileiro implementou o programa "Operação Acolhida" para receber e acolher os migrantes venezuelanos, oferecendo abrigo, alimentação, assistência médica e ajuda para obtenção de documentos. No entanto, as cidades receptoras, especialmente Boa Vista, enfrentaram desafios significativos para lidar com o fluxo migratório repentino, devido aos altos níveis de pobreza, desemprego e desigualdade social já presentes nessas regiões (Jarochinski-Silva e Baeninger, 2021).

As mulheres migrantes venezuelanas encontram-se em situação de particular vulnerabilidade, com dificuldades de acesso a serviços de saúde, alimentação e moradia adequada. Muitas delas migraram grávidas ou deixaram filhos no país de origem. Embora a maioria tenha conseguido regularizar sua situação migratória no Brasil, o acesso ao mercado de trabalho formal ainda é um desafio, com a maioria realizando atividades informais e precárias. Apesar das dificuldades, o sistema

público de saúde brasileiro (SUS) atuou como um amortecedor, permitindo que a maioria das mulheres migrantes tivesse acesso aos serviços de saúde, embora com algumas deficiências na atenção pré-natal (do Carmo Leal *et al.*, 2024). Além disso, mulheres migrantes venezuelanas em idade reprodutiva mostraram que utilizam o sistema de saúde brasileiro mais que as mulheres brasileiras, demonstrando inclusão social em termos de atenção médica (Szwarcwald *et al.*, 2024).

No contexto contemporâneo, a migração venezuelana é um reflexo dessas dinâmicas históricas. A crise econômica, política e social na Venezuela levou milhões de pessoas a procurar refúgio noutros países da região. No entanto, as práticas e políticas de saúde nesses países receptores continuam a ser influenciadas pela colonialidade, resultando em desigualdades e barreiras significativas para os migrantes.

A pesquisa do Baeninger Demétrio e Domeniconi (2021) identifica três ondas principais de migração venezuelana no Brasil, cada uma com características sociodemográficas distintas. A primeira onda de migração, entre 2000 e 2015, foi formada principalmente por trabalhadores altamente qualificados. A segunda onda, entre 2016 e 2017, caracterizou-se por venezuelanos de classe média e grupos mais empobrecidos. A terceira onda, a partir de 2018, foi constituída por uma população empobrecida, concentrada em Roraima.

Então a migração venezuelana para o Brasil, especialmente para o estado de Roraima, está intrinsecamente ligada à herança colonial das relações de poder na América Latina. A Venezuela, assim como outros países da região, carrega os legados do colonialismo europeu, refletidos em desigualdades socioeconômicas, racismo estrutural e concentração de poder nas elites tradicionais.

A migração venezuelana, composta majoritariamente por pessoas não-brancas, enfrenta preconceitos e discriminação no Brasil, evidenciando a persistência de estruturas coloniais de poder e exclusão. Além disso, as mulheres representam uma parcela significativa dos migrantes venezuelanos, o que evidencia a intersecção entre gênero, raça e colonialidade na experiência migratória (Ferreira, 2019).

Portanto, compreender a migração venezuelana requer uma análise crítica da colonialidade que permeia as relações sociopolíticas e econômicas na região, impactando diretamente os fluxos migratórios e as dinâmicas de poder envolvidas. Essa compreensão é essencial para o desenvolvimento de políticas e estratégias que abordem de forma eficaz os desafios enfrentados pelos migrantes venezuelanos e promovam uma recepção humanitária e inclusiva por parte do Brasil e de outros países receptores.

Policrise e Ambiguidade Sociocultural

I. Ambiguidade Sociocultural

O funcionamento mental do indivíduo, segundo a teoria sociocultural proposta por Vygotsky (1978), deriva da estrutura e do processo da interação social. Vygotsky sustenta que o aprendizado ocorre dentro do mundo social, sendo a maneira pela qual um indivíduo dá significado ao seu mundo através da sociedade e da cultura. Esta teoria se baseia em três temas que vão desde o processo individual, social e de desenvolvimento. Este processo individual inclui o pensamento e a linguagem, seguido pelo comportamento social, onde se observam as normas e valores culturais, e, finalmente, o entorno social, econômico, cultural e político.

Portanto, o termo "sociocultural" pode ser definido como os antecedentes e as histórias pessoais das pessoas, onde cada uma é produto das relações sociais, culturais e políticas. No caso dos migrantes, eles experimentam problemas de adaptação na sociedade de acolhida, como o uso do idioma, aculturação, senso de pertencimento, formação de identidade (Vandeyar e Vandeyar, 2012), atitudes públicas, religião e delinquência (NASEM, 2015), que influenciam suas experiências socioculturais.

No país de acolhida, os migrantes podem questionar seus valores, tradições, práticas e costumes culturais. Muitos encontram dificuldade em aceitar a depreciação de sua cultura, origem e idioma. Esta situação pode ser chamada de ambiguidade sociocultural, um aspecto crucial da experiência migrante. Ao navegar entre diferentes sistemas de valores, crenças e práticas de saúde, os migrantes devem encontrar um equilíbrio entre sua herança cultural e as novas normas do país de acolhida. Esta ambiguidade pode gerar conflitos internos e desafios na adoção de práticas de saúde diferentes das que conhecem e valorizam.

O conceito de ambiguidade sociocultural entre os migrantes pode envolver várias dimensões, baseadas na teoria sociocultural, que afetam sua integração e experiências diárias em um novo país. Estas dimensões incluem:

Identidade e Pertencimento

Os migrantes frequentemente enfrentam desafios relacionados com a identidade e o sentimento de pertencimento. Isso inclui a dificuldade em conciliar sua identidade cultural nativa com as novas normas culturais do país anfitrião. Podem sentir-se divididos entre preservar sua herança cultural e adaptar-se ao novo ambiente, levando a um sentimento de ambiguidade sobre onde realmente pertencem (Green e Staerklé, 2013; Bond, 2022).

Um exemplo é o estudo de Vandeyar e Vandeyar (2012), onde estudantes imigrantes indianos em escolas sul-africanas enfrentavam desafios ao tentar manter suas culturas e práticas de origem enquanto buscavam um sentido de pertencimento no país de acolhida. Eles precisavam negociar e reconciliar os diferentes códigos culturais, morais e de vestimenta entre suas escolas de origem e as da África do Sul, gerando sensações de conflito cultural. A aceitação e integração na sociedade receptora implicava um delicado equilíbrio entre preservar sua identidade cultural e adaptar-se às normas e expectativas da nova sociedade.

As ambiguidades surgem de ter que navegar entre as influências e expectativas de seu grupo étnico/nacional de origem e as da sociedade receptora mais ampla, gerando confusão e questionamentos sobre sua pertença e identidade. A renegociação de identidades e a reconciliação dessas ambiguidades socioculturais são processos complexos e dinâmicos, influenciados por fatores como a percepção de discriminação, as relações intergrupais e as políticas multiculturais (Vandeyar e Vandeyar, 2012). Os pesquisadores destacam a importância de compreender esta experiência de "estar no meio" entre culturas para apoiar melhor a integração e o bem-estar dos imigrantes.

Barreiras Linguísticas

O idioma é um fator crítico no processo de integração. Os migrantes podem enfrentar dificuldades com a aquisição do idioma, afetando sua capacidade de se comunicar efetivamente, acessar serviços e participar plenamente na sociedade anfitriã. A importância da proficiência no idioma destaca uma grande fonte de ambiguidade sociocultural, à medida que os migrantes navegam entre sua língua nativa e o idioma do país anfitrião (NASEM, 2015).

No campo da atenção à saúde na Holanda, Harmsen et al. (2008) investigaram as opiniões culturais e o domínio do idioma e sua relação com a satisfação dos pacientes e a qualidade da atenção. Os pacientes com baixo domínio do idioma eram menos positivos sobre o processo, e as diferenças entre as opiniões culturais e o domínio do idioma dos pacientes influenciavam a comunicação entre o paciente e o médico.

Portanto, o domínio limitado de uma segunda língua pode restringir as oportunidades de interação, a construção de redes sociais e as capacidades limitadas para expressar as necessidades de atenção à saúde. O idioma desempenha um papel no bem-estar dos migrantes e se vincula à formação de identidade e aculturação (Pot et al., 2020).

Normas e Valores Culturais

As normas e valores culturais desempenham um papel fundamental na saúde mental dos migrantes. Quando as pessoas migram, experimentam a perda das estruturas sociais, crenças e sistemas de apoio de sua cultura de origem. Isso pode levar a um luto cultural, definido como a experiência de desenraizamento e perda da identidade pessoal e social. Os migrantes frequentemente encontram diferentes normas e valores culturais no país anfitrião, o que pode levar à confusão e conflito. Essas diferenças podem estar relacionadas com comportamentos sociais, papéis de gênero, dinâmicas familiares e outras expectativas sociais. Navegar por essas diferenças culturais pode criar um estado de ambiguidade à medida que os migrantes tentam entender e se adaptar às novas normas sociais (Bhugra e Becker, 2005).

Espera-se que a migração, como um acontecimento da vida, influencie a mudança de valores culturais. Esses mesmos valores mudam em resposta aos acontecimentos que mudam a vida. Na Finlândia, um estudo sobre a mudança de valores pessoais em uma amostra de 145 migrantes russos mostrou um aumento dos valores de universalismo e segurança e uma diminuição dos valores de realização e poder após a migração (Lönnqvist, Jasinskaja-Lahti e Verkasalo, 2011).

Na sociedade de acolhida, Albada, Hansen e Otten (2021) encontraram que, quando os membros do país receptor percebiam que os migrantes apoiavam menos seus valores, havia menos tolerância para com esses migrantes, associando-se a atitudes negativas para com esses indivíduos.

Em resumo, os migrantes devem se adaptar às novas normas e valores do país anfitrião, o que pode causar confusão e conflitos devido às diferenças nos comportamentos sociais, papéis de gênero e dinâmicas familiares. Este processo de adaptação pode ser ambíguo e desafiador, provocando mudanças nos valores culturais dos indivíduos.

Redes Sociais e Sistemas de Apoio

A força e a natureza das redes sociais ou sistemas de apoio desempenham um papel significativo na experiência de ambiguidade sociocultural de um migrante. Migrantes que conseguem estabelecer fortes conexões sociais dentro de sua comunidade e com os locais provavelmente experimentarão menos ambiguidade. No entanto, aqueles que estão isolados ou que dependem fortemente de enclaves étnicos podem experimentar uma ambiguidade aumentada enquanto navegam entre múltiplos mundos sociais (Chi, 2020).

O trabalho de Simich et al. (2005) examinou os desafios enfrentados pelos provedores de serviços e formuladores de políticas para fornecer apoio social a imigrantes e refugiados no Canadá. Os achados principais incluem a percepção do

apoio social como um fator importante para o assentamento dos imigrantes e seu impacto positivo na saúde. Esta pesquisa conclui que é necessário um enfoque mais longo e holístico para melhorar as políticas e programas de apoio social e promover a integração saudável dos recém-chegados. Relataram desafios como a discrepância entre as expectativas e a realidade para os migrantes e mudanças no discurso público. Todos esses desafios limitam gravemente a capacidade dos provedores de serviços e formuladores de políticas para fornecer um apoio social integral e sustentável que permita aos imigrantes e refugiados superar as múltiplas barreiras para uma integração social saudável.

Integração Econômica

O emprego e a estabilidade econômica são cruciais para reduzir a ambiguidade sociocultural. Os migrantes frequentemente enfrentam barreiras ao emprego, como o reconhecimento de credenciais, discriminação e barreiras linguísticas. Os desafios econômicos podem exacerbar sentimentos de incerteza e instabilidade, contribuindo para a ambiguidade sociocultural (Bloemraad, 2023).

Na sociedade europeia, existe uma ambiguidade nas políticas de integração, com uma convergência socioeconômica, onde as políticas no âmbito socioeconômico têm produzido uma maior convergência a nível europeu, com a aplicação de normas e diretrizes que promovem a igualdade de direitos e a não discriminação no âmbito laboral (Pennix, 2005).

No estudo de Martén *et al.* (2019) sobre o impacto das redes étnicas na integração econômica de refugiados, foi encontrado que a presença de compatriotas na área facilita a entrada no mercado de trabalho, especialmente nos primeiros anos após a chegada. Isso indica que as redes étnicas podem ajudar a encontrar empregos.

Barreiras Legais e Institucionais

O status legal dos migrantes, incluindo questões relacionadas com cidadania, residência e acesso a serviços, pode impactar significativamente sua experiência de ambiguidade sociocultural. A incerteza sobre sua situação legal pode criar um senso de precariedade e prejudicar sua capacidade de se integrar plenamente na sociedade anfitriã. Esses indivíduos têm maior risco de problemas de saúde devido ao seu status irregular e às consequências da marginalização econômica e social (De Vito *et al.*, 2016).

A ambiguidade sociocultural é uma realidade multifacetada que afeta profundamente a experiência dos migrantes em seu processo de integração. Compreender as dimensões dessa ambiguidade, como identidade e pertencimento, barreiras linguísticas, normas e valores culturais, redes sociais e sistemas de apoio,

integração econômica, e barreiras legais e institucionais, é fundamental para desenvolver políticas e programas de apoio efetivos. Ao abordar esses desafios, é possível facilitar uma integração mais saudável e reduzir as tensões internas que os migrantes enfrentam ao navegar entre sua herança cultural e as novas normas do país de acolhimento. Assim, promove-se não apenas o bem-estar dos migrantes, mas também uma sociedade mais inclusiva e coesa.

Este tema atualmente representa um desafio multidimensional e abordá-lo requer um enfoque integral e interdisciplinar que envolva políticas de integração efetivas, programas de apoio social e cultural, e uma maior sensibilidade por parte da sociedade receptora em relação à diversidade cultural. Reconhecer e compreender as dimensões da ambiguidade sociocultural é fundamental para construir uma sociedade mais inclusiva e equitativa para todos.

II. Policrise

No início da terceira década do século XXI, o mundo enfrenta desafios cada vez mais complexos que ocorrem de maneira simultânea. A interconectividade dos sistemas permite que um problema menor em uma parte do sistema se propague rapidamente, incapacitando todo o sistema e degradando as perspectivas humanas (Lawrence *et al.*, 2022). Essa situação captura a mistura emaranhada de desafios e mudanças que interagem entre si (Davies e Hobson, 2023), oferecendo uma visão de um mundo onde o inesperado se torna rotina e a condição se torna crônica. Esse enfoque permite ver o mundo através da policrise, o que pode resultar em um enfoque sistêmico integral que agrupa processos sociais e ambientais avassaladores (Henig e Knight, 2022). No entanto, essa visão de simplificar a complexidade e organizar os fatos pode nos afastar da compreensão de causa e efeito.

A policrise do Antropoceno, ou policrise planetária, refere-se à convergência e interconexão de múltiplas crises globais que abrangem os domínios ecológico, social, econômico e tecnológico. Essas crises inter-relacionadas e sobrepostas, como a mudança climática, a perda de biodiversidade, as guerras, as pandemias e as desigualdades sociais e econômicas, se reforçam mutuamente, criando um sistema global complexo, frágil e de consequências em cascata. Essas crises não podem ser entendidas de maneira isolada, mas como um todo complexo onde as interseções e mecanismos de retroalimentação desempenham um papel crucial. Isso apresenta desafios significativos para a sustentabilidade e o bem-estar humano, pois as soluções para uma crise podem exacerbar outras. Por exemplo, as respostas tecnológicas à mudança climática podem levar a novas formas de

poluição ou desigualdade. Para navegar essas armadilhas do Antropoceno Antropoceno e da forma como os problemas globais se tornaram mais conectados e com múltiplas influências sobre a saúde humana (Giatti e Maksud, 2023), é crucial desenvolver capacidades evolutivas que permitam à humanidade reconhecer, medir, reorganizar e adaptar-se a essas crises de maneira holística e sustentável (Søgaard Jørgensen *et al.*, 2024; Albert, 2024). Existe uma necessidade urgente de tomar decisões e lidar com os possíveis futuros que podem resultar das decisões que tomamos (Albert, 2024).

Geralmente, os estudos que avaliam os impactos climáticos na mudança social se concentram em sociedades individuais, buscando uma correlação direta entre eventos ambientais e sociais, com um enfoque quantitativo. Por outro lado, há a necessidade de abordagens qualitativas na pesquisa de cenários futuros devido à profunda incerteza e às dinâmicas não lineares que os modelos quantitativos não podem representar. As abordagens qualitativas permitem considerar uma gama mais ampla de forças causais, efeitos em cascata, eventos extremos e futuros possíveis (Albert, 2024).

Albert (2024) utiliza a teoria da complexidade como uma ferramenta fundamental para abordar e explicar a policrise. Segundo Albert, essa teoria serve como um paradigma transdisciplinar que permite integrar conhecimentos de diversas disciplinas para especular de maneira coerente sobre futuros planetários. Pode fornecer um conjunto útil de conceitos, como espaços de possibilidade e pontos de inflexão, que facilitam a especulação sobre possíveis futuros e as dinâmicas que podem impulsionar diferentes trajetórias de cenários. Albert argumenta que, embora o futuro seja uma "terra incógnita" obscura, a teoria da complexidade pode nos ajudar a mapear este território ainda não explorado.

Em tempos de crise, a reflexão sobre futuros possíveis é crucial para a tomada de decisões informadas. A coesão social se erosiona quando a resiliência social é minada pela pressão sobre os sistemas de governança, criando fissuras entre os grupos de uma sociedade. Quanto mais fraturado e estressado está o sistema sociocultural, menos capaz é uma sociedade de implementar políticas e medidas eficazes. Isso resulta em uma queda no nível de vida e um aumento da desigualdade, gerando insatisfação entre amplos segmentos da população (Hoyer *et al.*, 2023).

A pandemia da Covid-19 foi um desastre social que se espalhou, aumentando a vulnerabilidade das populações diante de inúmeras crises como a fome, os desastres naturais e os conflitos armados (Davies e Hobson, 2023). Organizações internacionais e governos nacionais uniram esforços simultâneos e interconectados

de políticas econômicas e de saúde pública para enfrentar um conjunto de crises sanitárias, sociais e econômicas (Dinan *et al.*, 2024).

A policrise representa uma maneira de abordar desafios e mudanças interconectados, nutrindo-se de elementos conflitantes, críticos e problemáticos, que podem ter um impacto profundo nos padrões migratórios, caracterizados por efeitos não lineares e imprevisíveis (Davies e Hobson, 2023). Um exemplo é a mudança climática, que não apenas provoca o deslocamento de comunidades devido a desastres naturais, mas também deteriora as economias locais, exacerbando a pobreza e a insegurança alimentar, o que, por sua vez, impulsiona a migração. Além disso, essas crises podem desencadear conflitos políticos e sociais, gerando ainda mais deslocamentos.

Diante dessas crises, foram identificadas diversas problemáticas multifatoriais nas comunidades migrantes, que podem fomentar o desenvolvimento de estratégias de adaptação ou representar obstáculos para a mesma (Joarder e Miller, 2013). Entre essas estratégias estão a reconfiguração de identidades culturais, a criação de redes de apoio e a participação ativa em movimentos sociais. Essas estratégias não apenas facilitam aos migrantes a navegação por seus novos ambientes, mas também podem influenciar as políticas migratórias e as respostas das sociedades de acolhimento.

Os fatores socioculturais exercem uma profunda influência na experiência migratória, abrangendo desde a integração em novas comunidades até a manutenção de vínculos culturais com a terra natal, bem como o enfrentamento da discriminação e xenofobia. Essas experiências evidenciam a complexidade de viver entre culturas e os desafios de manejar identidades híbridas em contextos migratórios (Laney *et al.*, 2023). Esses aspectos socioculturais da migração abrangem uma ampla gama de fenômenos e crises, sendo essenciais para compreender como os indivíduos e as comunidades experimentam a migração e como se integram ou resistem em seus novos ambientes.

Particularmente em situações de crise, como a migração climática após o furacão Maria¹, a ambiguidade dos aspectos socioculturais da migração destaca a complexidade inerente às experiências de deslocamento e reassentamento. Essa ambiguidade se revela em várias dimensões, como a identidade e o pertencimento, onde os migrantes enfrentam o dilema de reconstruir suas vidas enquanto lidam com

¹ O furacão Maria foi um ciclone tropical devastador de categoria 5 que atingiu o Caribe em setembro de 2017. Ele causou danos catastróficos em várias ilhas, particularmente em Dominica e Porto Rico. Em Porto Rico, o furacão resultou em uma crise humanitária prolongada, com estimativas de mais de 3.000 mortes, destruição generalizada de infraestrutura e o maior apagão da história dos Estados Unidos. As consequências do furacão levaram a um êxodo significativo de porto-riquenhos para o território continental dos EUA, exemplificando um caso notável de migração climática (National Hurricane Center, 2018; Kishore *et al.*, 2018).

a perda de sua identidade e buscam reencontrar um sentido de "lar" (Blackwell et al., 2023).

A reestruturação da vida em novos lugares é uma realidade inevitável para muitos migrantes. A seca, as inundações e as ondas de calor são fatores climáticos extremos que estão afetando as populações e determinando se podem permanecer em suas regiões de origem. O negacionismo climático já não é uma opção viável; até o momento, a resposta a diferentes crises tem sido reativa, criando políticas de emergência após os desastres ocorrerem. No entanto, estamos enfrentando uma crise climática global, uma situação permanente que requer um enfoque preventivo.

Pode-se analisar que o clima é um motor significativo de migração forçada, com desastres naturais deslocando milhões de pessoas e introduzindo novas dinâmicas culturais nas áreas receptoras. Os conflitos armados, a violência política e social e a repressão estatal também são causas importantes de migração, levando culturas e tradições dos deslocados, o que pode gerar tensões nas sociedades receptoras. A desigualdade econômica impulsiona as pessoas a buscar melhores oportunidades em países mais desenvolvidos, exacerbando as tensões socioculturais e levando à discriminação e exclusão. Além disso, a tecnologia facilita a migração e a organização de redes de apoio, mas também é utilizada para controlar e restringir a migração através de medidas de vigilância avançadas, aumentando a criminalização dos migrantes e gerando ambiguidades legais e sociais (Albert, 2024).

É necessário planejar a prevenção para mitigar os efeitos dos eventos climáticos extremos e assegurar o bem-estar dentro das cidades. Este é um momento crucial para avançar na proteção e reconhecimento de todas as pessoas deslocadas por razões climáticas e socioambientais.

A complexidade dos aspectos socioculturais da migração, especialmente em contextos de crise, sublinha a importância de adotar enfoques multidisciplinares e sensíveis ao contexto para entender a dinâmica migratória. É fundamental reconhecer a inter-relação entre os fatores climáticos, econômicos, políticos e socioculturais para desenvolver políticas e intervenções eficazes que abordem as causas fundamentais da migração forçada e promovam os direitos e o bem-estar dos migrantes.

O futuro da migração em um mundo em polícrise será determinado pela interação de diversos fatores complexos, como a mudança climática, os conflitos, a desigualdade econômica e os avanços tecnológicos. A ambiguidade sociocultural acrescentará uma camada adicional de desafio, já que as diferenças culturais podem exacerbar tensões e conflitos nas sociedades receptoras. Para responder a esses

desafios, será necessária uma combinação de políticas inclusivas, cooperação internacional e um enfoque centrado nos direitos humanos e na integração intercultural. Apenas por meio de esforços coletivos e coordenados será possível manejar a migração de maneira a beneficiar tanto os migrantes quanto as sociedades receptoras, ao mesmo tempo que se abordam as causas subjacentes da migração forçada e se promove a harmonia sociocultural.

Dada a complexidade dos fatores envolvidos na policrise, a crise climática surge como um dos principais motores de deslocamento forçado. Essa realidade impõe a necessidade de uma resposta integral e proativa. A formulação e implementação de políticas públicas que protejam os deslocados e garantam seus direitos é uma necessidade urgente. Somente assim poderemos mitigar os efeitos dessa crise e assegurar uma vida digna para todos os afetados.

Desafios e dinâmicas da migração venezuelana no brasil:

uma análise da vulnerabilidade social, ambiguidade sociocultural,
policrise e decolonialismo

Desde 2014, a crise migratória venezuelana levou milhões de cidadãos a buscar refúgio em países vizinhos, incluindo o Brasil. Esse fluxo migratório sem precedentes apresentou desafios significativos tanto para os migrantes quanto para os países anfitriões. A região por onde chega à maioria é o estado de Roraima, que compartilha uma fronteira com a Venezuela. Para muitos, Roraima é apenas a porta de entrada e um ponto de trânsito para outros estados brasileiros ou outros países. Ainda assim, milhares de venezuelanos permanecem na capital, Boa Vista, devido à proximidade da fronteira e aos altos custos de deslocamento para outras partes do Brasil. Segundo a Agência da ONU para Refugiados no Brasil (ACNUR) (2022), a proximidade da fronteira e a construção de vínculos com Roraima são algumas das razões apresentadas por quase 30% da população abrigada que manifesta interesse em permanecer no estado e buscar oportunidades de meios de vida. Assim, o estado de Roraima enfrenta uma situação desafiadora devido à falta de condições locais para acolher, abrigar e oferecer trabalho a pessoas em situação de vulnerabilidade. Diante desse cenário, diversos atores governamentais, não governamentais e organizações internacionais têm se mobilizado para prestar assistência aos venezuelanos (Milesi et al., 2018).

Este fenômeno migratório venezuelano no Brasil, particularmente no estado de Roraima, enfrenta uma série de crises inter-relacionadas. Como o estado com a menor população e uma das menores participações no Produto Interno Bruto (PIB) nacional, em termos de saúde, educação e habitação, Roraima não estava

preparado para manejar um aumento tão significativo da população em um curto período de tempo. As autoridades locais têm tido dificuldades para coordenar uma resposta eficaz com o governo federal, o que levou a uma série de medidas e discursos que buscam transferir a responsabilidade para outros níveis de governo.

A resposta das autoridades locais tem sido marcada por uma retórica que lembra práticas colonialistas e xenófobas. Segundo Milesi *et al.* (2018), em abril de 2018, o governo de Roraima apresentou a Ação Civil Originária 3121 ao Supremo Tribunal Federal (STF), solicitando que a União assuma o controle policial e sanitário na fronteira com a Venezuela e propondo o fechamento temporário da mesma. Este governo tem utilizado um discurso que responsabiliza os migrantes venezuelanos por diversos problemas, como a sobrecarga dos serviços públicos e o aumento da criminalidade. Este discurso não só ignora as causas estruturais desses problemas, mas também busca desviar a atenção das responsabilidades locais.

Em resposta a esse crescente fluxo migratório de venezuelanos para o estado de Roraima, em março de 2018, o governo brasileiro lançou a Operação Acolhida, que integra esforços de diversos ministérios e órgãos federais, estaduais e municipais, com a participação de militares da Aeronáutica, do Exército e da Marinha. Seus principais pilares de atuação são o ordenamento da fronteira, o abrigamento e a interiorização dos migrantes (Machado, 2021). Antes da interiorização, segundo Silva (2018), os migrantes venezuelanos que chegavam à brasil, eles migraram diretamente a região sudeste do país, já que tinham boa condição econômica que lhes permitia chegar à região. Após a implementação da Operação Acolhida, segundo Bóguis e Magalhães (2018), o perfil dos migrantes que participam da interiorização no país mudo; a maioria são trabalhadores com ensino médio completo ou incompleto. Durante a pandemia, a migração venezuelana enfrentou desafios consideráveis devido ao seu status migratório, com muitos solicitando refúgio, exacerbando sua situação, aumentando o desemprego e dificultando o acesso a programas sociais e direitos trabalhistas (Magalhães *et al.*, 2021).

São Paulo, a maior metrópole do Brasil, tem sido historicamente um ímã para migrantes tanto nacionais quanto internacionais. Nas últimas décadas, a cidade tem experimentado uma transformação socioespacial significativa, caracterizada pela desconcentração industrial e o crescimento do setor de serviços. Esta mudança tem atraído novos tipos de trabalhadores imigrantes, especialmente de circuitos migratórios Sul-Sul. Estes migrantes encontram emprego principalmente em setores de baixa qualificação como a costura, a construção civil e os serviços domésticos. A inserção laboral e a ocupação do espaço urbano por parte desses grupos são

marcadas pela criação de novas territorialidades migrantes, que se manifestam em práticas sociais, culturais e comerciais transnacionais. Além disso, a valorização do espaço urbano tem levado à periferização desses migrantes, deslocando-os para áreas mais afastadas onde o custo da habitação é menor, perpetuando assim um ciclo de segregação socioespacial na cidade (Magalhães *et al.*, 2018).

Devido a essa complexidade vivida pelos migrantes venezuelanos na grande São Paulo, foram realizadas quatro entrevistas estruturadas com líderes políticos de nacionalidade venezuelana que trabalham em diferentes ONG para entender os desafios e dinâmicas em torno da vulnerabilidade social, ambiguidade sociocultural, policrise e colonialismo da migração venezuelana em São Paulo.

Vulnerabilidade Social

Os líderes das ONG como Abraven (Asociación Brasileña de Amigos para Venezuela), a Federação Internacional para Desportistas Refugiados, Casa Venezuela e Casa de Acolhida AIRE concordam que os migrantes venezuelanos enfrentam barreiras significativas no Brasil. A principal barreira é o idioma, o que dificulta o acesso a emprego e habitação. Além disso, a localização nas periferias de cidades como São Paulo complica o acesso a recursos. Essa segregação espacial contribui significativamente para a marginalização e perpetua o ciclo de pobreza e exclusão social. A barreira idiomática não só dificulta a integração laboral, como também restringe a capacidade dos migrantes para acessar serviços essenciais e participar plenamente da sociedade.

"Não têm essa orientação, então passam muito tempo em uma condição precária que vai piorando e definitivamente há que tirá-los com ajuda." (Federação Internacional para Desportistas Refugiados). Esta afirmação aborda os desafios que enfrentam os migrantes venezuelanos em São Paulo, especificamente a falta de orientação e a condição precária em que podem se encontrar, necessitando de ajuda para sair dessa situação de vulnerabilidade.

Estas organizações trabalham para criar redes de solidariedade e apoio, fornecendo informações e orientação para ajudar os migrantes a superar essas barreiras. No entanto, a falta de representação e participação nas políticas sociais continua sendo um obstáculo importante, o que pode impedir que as necessidades e preocupações dos migrantes sejam adequadamente abordadas.

Os entrevistados determinaram que os migrantes se encontram em situação de vulnerabilidade social devido à ausência de acesso a recursos e à falta de representação. Esses resultados concordam com as conclusões de Cavalcante *et al.* (2023), embora esse estudo tenha sido realizado em Boa Vista.

Em resumo, a vulnerabilidade social dos migrantes venezuelanos no Brasil é um desafio persistente que requer intervenções integrais e coordenadas. É fundamental que as políticas públicas se concentrem em melhorar o acesso a recursos e serviços, bem como em garantir a inclusão e representação dos migrantes nos processos de tomada de decisão. Somente através de uma abordagem inclusiva e participativa será possível mitigar a vulnerabilidade social dessa população e promover sua integração e bem-estar na sociedade brasileira.

Ambiguidade Sociocultural

A adaptação cultural é um processo complexo para os migrantes venezuelanos. Os líderes das ONG entrevistados observam que os migrantes devem equilibrar a preservação de sua identidade cultural com a necessidade de se adaptar à sociedade brasileira. Isso pode gerar uma luta interna e uma sensação de perda de identidade. Além disso, as redes de apoio desempenham um papel crucial na integração e difusão de informações entre os venezuelanos no Brasil.

"É uma luta, às vezes, até mental, e você diz, não, eu quero continuar fazendo minhas arepas. Mas de repente você se junta com outros brasileiros e você diz, não, isso já não posso fazer porque ninguém mais faz." (ONG Casa Venezuela). Neste testemunho, fala-se sobre os desafios da ambiguidade sociocultural enfrentados pelos migrantes venezuelanos, onde lutam para manter suas tradições e identidade cultural, mas, ao mesmo tempo, devem se adaptar aos costumes da sociedade brasileira.

Este fenômeno de ambiguidade sociocultural, segundo os líderes, é prevalente entre os migrantes venezuelanos no Brasil, manifestando-se principalmente no processo de adaptação cultural. Segundo líderes de organizações não governamentais, os migrantes enfrentam o desafio de equilibrar a preservação de sua identidade cultural com a necessidade de se adaptar à sociedade brasileira. Este equilíbrio pode gerar uma luta interna e uma sensação de perda de identidade, o que adiciona uma camada de complexidade à sua experiência migratória. Estes resultados concordam com os relatados anteriormente por Vandeyar e Vandeyar (2012).

As atividades organizadas pelas ONG, como eventos esportivos e culturais, desempenham um papel fundamental no reforço da identidade e do sentido de pertencimento dos migrantes. Essas iniciativas não apenas fornecem um espaço para a expressão cultural, mas também ajudam a construir um sentimento de comunidade entre os migrantes. Além disso, as redes de apoio desempenham um

papel crucial na integração e difusão de informações entre os venezuelanos no Brasil, facilitando a adaptação e a inserção na sociedade de acolhimento.

Os entrevistados destacam que essas redes de apoio são essenciais para a integração bem-sucedida dos migrantes, ajudando-os a navegar pelas complexidades da nova cultura enquanto preservam aspectos importantes de sua identidade original. No entanto, a ambiguidade sociocultural permanece um desafio persistente, exigindo esforços contínuos tanto das ONG quanto das políticas públicas para apoiar a integração cultural e social dos migrantes.

Em resumo, a ambiguidade sociocultural enfrentada pelos migrantes venezuelanos no Brasil é um fenômeno complexo que requer uma abordagem multifacetada. As ONG desempenham um papel vital na facilitação da adaptação cultural e na promoção da inclusão social, mas é igualmente importante que as políticas públicas reconheçam e abordem os desafios específicos dessa ambiguidade para promover uma integração mais harmoniosa e inclusiva.

Policrise

Os líderes das ONG identificam a policrise como uma característica marcante da experiência dos migrantes venezuelanos. Esta policrise se manifesta em múltiplas dimensões, incluindo a insegurança econômica, a precariedade do trabalho e a dificuldade de acesso a serviços básicos. A combinação dessas crises cria um ciclo vicioso que perpetua a vulnerabilidade dos migrantes.

"Não só o econômico. Porque se não tem trabalho, não tem onde viver, ou seja, todas essas condições criam um ciclo vicioso de crises que são todas interligadas" (ONG Casa de Acolhida AIRE). Neste testemunho, aborda-se a ideia de policrise e como as múltiplas dimensões de crises econômicas, habitacionais e de trabalho se interligam, criando um ciclo vicioso que perpetua a vulnerabilidade dos migrantes venezuelanos.

Uma discussão que os atores entrevistados destacaram é que a falta de documentos e o acesso limitado aos serviços consulares agravam a vulnerabilidade dos migrantes. Muitos desses venezuelanos migram com documentação vencida ou sem ela e para ter acesso a esta documentação no Brasil devem se deslocar até a Embaixada localizada na cidade de Brasília e o que gera altos custos de transferência e acesso a esta documentação, o que viola o artigo 56 da Constituição da República Bolivariana da Venezuela (1999), que estipula que "toda pessoa tem o direito de obter documentos públicos que comprovem sua identidade". Sendo um problema significativo, porque estes indivíduos não têm acesso à documentação de identidade do seu país de origem, onde o acesso à documentação

de identidade é um direito humano reconhecido em vários instrumentos internacionais.

Este fenômeno de policrise, conforme relatado pelos líderes das ONG, é caracterizado pela interligação de múltiplas crises que afetam os migrantes venezuelanos em diversas dimensões de suas vidas. A insegurança econômica, a precariedade do trabalho e a dificuldade de acesso a serviços básicos são algumas das manifestações mais evidentes dessa policrise. A combinação dessas crises cria um ciclo vicioso que perpetua a vulnerabilidade dos migrantes, dificultando sua capacidade de superar as adversidades e alcançar uma integração plena na sociedade brasileira.

A resposta das ONG tem sido multifacetada, buscando abordar essas crises de maneira holística e integrada. As organizações têm implementado uma variedade de iniciativas para fornecer suporte aos migrantes, desde assistência emergencial até programas de capacitação e integração. Essas iniciativas visam não apenas atender às necessidades imediatas dos migrantes, mas também fornece ferramentas e recursos para que possam construir uma vida mais estável e autossuficiente.

Os entrevistados destacam que, embora as ONG desempenhem um papel crucial na mitigação dos impactos da policrise, a solução definitiva para esses desafios requer uma abordagem coordenada que envolva tanto as organizações da sociedade civil quanto as políticas públicas. É essencial que as políticas públicas reconheçam a complexidade da policrise e adotem medidas integradas que abordem suas múltiplas dimensões de maneira eficaz.

Em resumo, a policrise enfrentada pelos migrantes venezuelanos no Brasil é um fenômeno complexo que exige uma resposta integrada e coordenada. As ONG têm desempenhado um papel vital na mitigação dos impactos dessa policrise, mas é igualmente importante que as políticas públicas adotem uma abordagem holística para abordar as múltiplas dimensões da crise e promover a integração e o bem-estar dos migrantes.

Colonialismo

Os líderes das ONG observam que o discurso e as práticas colonialistas ainda permeiam as políticas e atitudes em relação aos migrantes venezuelanos. A decolonização do discurso e das práticas é essencial para promover uma integração justa e equitativa dos migrantes.

"Os venezuelanos são vistos como um fardo, um problema a ser resolvido, ao invés de indivíduos com direitos e potencial para contribuir para a sociedade" (ONG

Casa de Acolhida AIRE). Nesta afirmação, aborda-se a percepção dos migrantes venezuelanos como um fardo, destacando a necessidade de decolonizar o discurso e as práticas para promover uma integração justa e equitativa.

Os entrevistados afirmam que a retórica utilizada por algumas autoridades e a falta de políticas inclusivas reforçam a marginalização dos migrantes e perpetuam desigualdades históricas. Essa retórica colonialista, que vê os migrantes como um fardo ou problema a ser resolvido, contribui para a desumanização e a estigmatização dos venezuelanos.

A decolonização do discurso e das práticas é essencial para promover uma integração justa e equitativa dos migrantes. Isso requer um esforço conjunto de autoridades, ONG e da sociedade em geral para reconhecer e valorizar a diversidade cultural e os direitos dos migrantes, promovendo políticas e atitudes inclusivas que combatam a discriminação e a xenofobia.

Os líderes das ONG enfatizam a importância de promover um discurso que reconheça os migrantes como indivíduos com direitos e potencial para contribuir para a sociedade. Eles argumentam que a mudança de perspectiva é crucial para criar um ambiente mais acolhedor e inclusivo, onde os migrantes possam se integrar plenamente e contribuir para o desenvolvimento social e econômico do país.

Em resumo, a decolonização do discurso e das práticas é uma condição essencial para a integração justa e equitativa dos migrantes venezuelanos no Brasil. As ONG desempenham um papel importante na promoção dessa mudança, mas é necessário um compromisso amplo de todos os setores da sociedade para garantir que os direitos e a dignidade dos migrantes sejam respeitados e valorizados.

Considerações Finais

Este estudo examina a migração venezuelana no Brasil de modo abrangente, realçando a complexidade e multidimensionalidade enfrentada pelos migrantes num cenário de policrise, ambiguidade sociocultural e colonialismo persistente. Através de uma análise pormenorizada, foram identificados múltiplos fatores críticos que afetam a experiência migratória e a integração dos venezuelanos no Brasil.

Primeiramente, a história da migração na América Latina, ainda influenciada pela colonialidade do poder, continua a gerar profundas implicações nas estruturas de desigualdade e exclusão que afetam os migrantes. A teoria da colonialidade proporciona um referencial valioso para compreender como as hierarquias raciais e econômicas impostas durante a colonização continuam a moldar as políticas migratórias e as dinâmicas sociais na região.

Em segundo lugar, a policrise global, marcada pela convergência de diversas crises inter-relacionadas, como a mudança climática, a pandemia de Covid-19 e as disparidades socioeconômicas, agrava a vulnerabilidade dos migrantes. Essas crises não apenas intensificam a precariedade e a exclusão social, mas também impõem desafios significativos aos governos e organizações não governamentais na prestação de assistência e apoio aos migrantes.

A ambiguidade sociocultural emerge como um aspecto crucial da experiência migratória, onde os migrantes precisam conciliar sua herança cultural com as novas normas do país de acolhimento. Barreiras linguísticas, diferenças nas normas e valores culturais, bem como a necessidade de estabelecer redes sociais e sistemas de apoio eficazes são fatores chave que influenciam a adaptação e o bem-estar dos migrantes. No bojo de aspectos fundamentais das capacidades adaptativas dos grupos sociais, as questões socioculturais são determinantes, no entanto, o resultado destas interações com os fatores de risco das múltiplas crises também pode desempenhar um sentido ambivalente, sendo possível se colocar como benefício/capacidades ou também como fator de exacerbação da condição de vulnerabilidade (Hoyer *et al.*, 2023).

As entrevistas com líderes de organizações não governamentais revelam que, apesar dos substanciais esforços para fornecer apoio e recursos, a ausência de representação e participação nas políticas sociais permanece como um significativo obstáculo. Além disso, a centralização dos serviços consulares e a carência de documentos agravam a situação de vulnerabilidade dos migrantes, ressaltando a necessidade de políticas descentralizadas e inclusivas.

Em conclusão, é imperativo que as políticas públicas e iniciativas das ONG focalizem-se em abordar as múltiplas dimensões da crise migratória venezuelana no Brasil. Um enfoque integral, dialógico e coordenado que inclua assistência legal, acesso a serviços básicos, apoio em saúde mental e promoção da integração cultural é essencial para mitigar a vulnerabilidade dos migrantes e promover sua adaptabilidade e bem-estar mediante ao contexto de policrise. Apenas por meio de esforços coletivos e sustentados será possível construir uma sociedade mais equitativa, diversa, justa e resiliente. Nesse horizonte, deve ser possível que os migrantes possam encontrar oportunidades e estabilidade sem abrir mão de sua identidade cultural.

Referencias

ACNUR, Agência da ONU para Refugiados no Brasil (2022). Diagnósticos para a promoção da autonomia e integração local de pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas em Roraima e Manaus: setor produtivo e potencialidade. Recuperado de: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2022/11/Diagnosticos-para-a-promoc%C3%A7ao-da-autonomia-e-integrac%C3%A7%C3%A3o-local-de-pessoas-refugiadas-e-migrantes-venezuelanas-em-Roraima-e-Manaus.pdf>

Albada, K., Hansen, N., e Otten, S. (2021). When cultures clash: Links between perceived cultural distance in values and attitudes towards migrants. *The British Journal of Social Psychology*, 60(4), 1350–1378. <https://doi.org/10.1111/bjso.12455>

Albert, M. J. (2024). *Navigating the polycrisis: Mapping the futures of capitalism and the earth*. The MIT Press. <https://doi.org/10.7551/mitpress/15041.001.0001>

Arksey, H., & O’Malley, L. (2005). Scoping studies: towards a methodological framework. *International Journal of Social Research Methodology*, 8(1), 19–32. <https://doi.org/10.1080/1364557032000119616>

Baeninger, R., Demétrio, N. B., e Domeniconi, J. de O. S. (2021). Migrações dirigidas: estado e migrações venezuelanas no Brasil. *Revista Latinoamericana de Población*, 16, e202113. <https://doi.org/10.31406/relap2022.v16.e202113>

Banco Mundial. (2018). *Migración desde Venezuela a Colombia, impactos y estrategia de respuesta en el corto y mediano plazo*. Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento/Banco Mundial. <https://documents1.worldbank.org/curated/en/911381540835286885/pdf/131472-WP-SPANISH-PUBLIC-MigraCionesDesdeVenezuelaaColombia.pdf>

Beghin, N. (2022). Decoloniality as the only pathway to the right to development in Latin America. *Development (Society for International Development)*, 65(2–4), 178–185. <https://doi.org/10.1057/s41301-022-00349-w>

Bhugra, D., e Becker, M. A. (2005). Migration, cultural bereavement and cultural identity. *World Psychiatry*, 4(1), 18.

Blackwell, R., Aranda, E., e Rosa, A. (2023). “We always remember the Island”: Puerto Rican climate migrants’ emotional meanings of home. *Emotion, Space and Society*, 49(100974), 100974. <https://doi.org/10.1016/j.emospa.2023.100974>

Bloemraad, I., Esses, V. M., Kymlicka, W., e Zhou, Y.-Y. (2023). *World development report 2023: Migrants, refugees, and societies*. Worldbank.org. Recuperado 4 de julho de 2024, de [https://thedocs.worldbank.org/en/doc/454db131e2fb1cd039409bd6f78e1778](https://thedocs.worldbank.org/en/doc/454db131e2fb1cd039409bd6f78e1778-0050062023/original/Social-integration-FINAL-FORM ATTED.pdf#:~:text=URL%3A%20https%3A%2F%2Fthedocs.worldbank.org%2Fen%2Fdoc%2F454db131e2fb1cd039409bd6f78e1778)

Bógu, L., Magalhães, L. (2018). Venezuelanos na macrometrópole paulista. Baeninger, R. e Silva, J. (Coord.); ZUBEN, Catarina von et al (Orgs.).

- Migrações Venezuelanas. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp.
- Bond, R. (2022). Understanding Migrant Incorporation: Assimilation and Multiculturalism. In: Understanding International Migration. *Palgrave Macmillan, Cham*. https://doi.org/10.1007/978-3-031-16463-7_3
- Braun, V., e Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77–101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Cabieces, B., Gálvez, P., & Ajraz, N. (2018). Migración internacional y salud: el aporte de las teorías sociales migratorias a las decisiones en salud pública. *Revista peruana de medicina experimental y salud publica*, 35(2), 285. <https://doi.org/10.17843/rpmesp.2018.352.3102>
- Cavalcante Neto, A. S., Oliveira, M. A. de C., e Egry, E. Y. (2023). Vulnerabilidade de imigrantes venezuelanos residentes em Boa vista, Roraima. *Revista da Escola de Enfermagem da U S P*, 57(spe). <https://doi.org/10.1590/1980-220x-reeusp-2023-0074pt>
- Chambers, R. (1989) Editorial Introduction: Vulnerability, Coping and Policy. *IDS Bulletin*, 20, 1-7. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1759-5436.1989.mp20002001.x>
- Chi, G. (2020). *Migration and social networks: New insights from novel data* [University of California,]. <https://escholarship.org/content/qt6rs5n7jq/qt6rs5n7jq.pdf>
- Comitê Nacional para os Refugiados. (2021). Plataforma Interativa de Decisões sobre a determinação da condição de refugiado no Brasil. (M. d. Pública, Editor) Recuperado de <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiZTk3OTdiZjctNGQwOC00Y2FhLTgxYTctNDNIN2ZkNjZmMWVIIIwidCI6ImU1YzM3OTgxLTY2NjQtNDEzNC04YTBjLTY1NDNkMmFmODBiZSlslmMiOjh9&pageName=ReportSection>
- Constitución de la República Bolivariana de Venezuela. (1999). *Gaceta Oficial de la República de Venezuela*, 5453 (Extraordinario) marzo 24, 2000.
- Crockett, D., Anderson, L., Bone, S. A., Roy, A., Wang, J. J., e Coble, G. (2011). Immigration, culture, and ethnicity in transformative consumer research. *Journal of Public Policy & Marketing*, 30(1), 47–54. <https://doi.org/10.1509/jppm.30.1.47>
- Davies, M., e Hobson, C. (2023). An embarrassment of changes: International Relations and the Covid-19 pandemic. *Australian Journal of International Affairs*, 77(2), 150–168. <https://doi.org/10.1080/10357718.2022.2095614>
- De Vito, E., de Waure, C., Specchia, M. L., Parente, P., Azzolini, E., Frisicale, E. M., Favale, M., Teleman, A. A., e Ricciardi, W. (2016). Are undocumented migrants' entitlements and barriers to healthcare a public health challenge for the European Union? *Public Health Reviews*, 37(1). <https://doi.org/10.1186/s40985-016-0026-3>

- Dinan, S., Béland, D., e Howlett, M. (2024). How useful is the concept of polycrisis? Lessons from the Development of the Canada Emergency Response Benefit during the Covid-19 pandemic. *Policy Design and Practice*, 1–12. <https://doi.org/10.1080/25741292.2024.2316409>
- do Carmo Leal, M., de Carvalho, T. D. G., Santos, Y. R. P., de Queiroz, R. S. B., Fonseca, P. A. M., Szwarcwald, C. L., e Riggiorozzi, P. (2024). Migration process of Venezuelan women to Brazil: living conditions and use of health services in Manaus and Boa Vista, 2018–2021. *BMC Public Health*, 24(1). <https://doi.org/10.1186/s12889-024-18109-5>
- Ferreira, N. (2019). Gênero, Democracia e Direito: uma análise decolonial sobre o fluxo migratório de mulheres venezuelanas em Roraima (2015-2019). Disponível em: https://www.pucrio.br/ensinopesq/ccpg/pibic/relatorio_resumo_2021/download/relatorios/ccs/dir/dir_nath%c3%a1lia%20souza%20ferreira.pdf.
- França, R., Ramos, W. M., e Montagner, M. I. (2019). Mapeamento de políticas públicas para os refugiados no Brasil. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 3(4), págs. 89-106. Obtenido de <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/43008/29657>
- Giatti, L. L., & Maksud, I. (2023). O Antropoceno, a crise ambiental e as desigualdades no acesso a serviços e políticas de saúde. *Saúde e Sociedade*, 32(2). <https://doi.org/10.1590/s0104-12902023230329pt>
- Giatti, L., Gutberlet, J., Toledo, R. F. de, e Santos, F. N. P. dos. (2021). Pesquisa participativa reconectando diversidade: democracia de saberes para a sustentabilidade. *Estudos Avançados*, 35(103), 237–254. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2021.35103.013>
- Green, E. G. T., e Staerklé, C. (2013). Migration and multiculturalism. In L. Huddy, D. O. Sears, & J. S. Levy (Eds.), *The Oxford handbook of political psychology* (2nd ed., pp. 852–889). Oxford University Press.
- Green, E.G.T., e Staerklé, C. (2013). Migration and multiculturalism. In L. Huddy, D.O. Sears, & J.S. Levy (Eds.), Oxford Handbook of Political Psychology (2nd ed., pp. 852-889). Oxford, UK: Oxford University Press.
- Guerra, J. V. V., Alves, V. H., Rachedi, L., Pereira, A. V., Branco, M. B. L. R., Santos, M. V. dos, Schveitzer, M. C., e Carvalho, B. F. (2019). Forced international migration for refugee food: a scoping review. *Ciencia & saude coletiva*, 24(12), 4499–4508. <https://doi.org/10.1590/1413-812320182412.23382019>
- Gutiérrez, E. (2018). The coloniality of migration and the “refugee crisis”: On the asylum-migration nexus, the transatlantic White European settler colonialism-migration and racial capitalism. *Refuge*, 34(1), 16–28. <https://doi.org/10.7202/1050851ar>
- Harmsen, J. A. M. (hans), Bernsen, R. M. D. (roos), Bruijnzeels, M. A. (marc), e Meeuwesen, L. (ludwien). (2008). Patients' evaluation of quality of care in general practice: What are the cultural and linguistic barriers? *Patient*

Education and Counseling, 72(1), 155–162. <https://doi.org/10.1016/j.pec.2008.03.018>

Henig, D., e Knight, D. M. (2023). Polycrisis: Prompts for an emerging worldview. *Anthropology Today*, 39(2), 3–6. <https://doi.org/10.1111/1467-8322.12793>

Hoyer, D., Bennett, J. S., Reddish, J., Holder, S., Howard, R., Benam, M., Levine, J., Ludlow, F., Feinman, G., e Turchin, P. (2023). Navigating polycrisis: long-run socio-cultural factors shape response to changing climate. *Philosophical Transactions of the Royal Society of London. Series B, Biological Sciences*, 378(1889). <https://doi.org/10.1098/rstb.2022.0402>

Jarochinski-Silva, J. C., e Baeninger, R. (2021). O êxodo venezuelano como fenômeno da migração Sul-Sul. *REMHU*, 29(63), 123–139. <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006308>

Joarder, M. A. M., e Miller, P. W. (2013). Factors affecting whether environmental migration is temporary or permanent: Evidence from Bangladesh. *Global Environmental Change: Human and Policy Dimensions*, 23(6), 1511–1524. <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2013.07.026>

Kishore, N., Marqués, D., Mahmud, A., Kiang, M. V., Rodriguez, I., Fuller, A., Ebner, P., Sorensen, C., Racy, F., Lemery, J., Maas, L., Leaning, J., Irizarry, R. A., Balsari, S., & Buckee, C. O. (2018). Mortality in Puerto Rico after Hurricane Maria. *New England Journal of Medicine*, 379(2), 162-170. <https://doi.org/10.1056/NEJMsa1803972>

Kreuzbauer, R. e Kriechbaum-Vitellozzi, E. (2006). Poverty Consumption: Consumer Behavior of Refugees in Industrialized Countries. *Advances in Consumer Research*, 33, 435-444

Landström, K., e Crawley, H. (2024). Migration research, coloniality and epistemic injustice. En *The Palgrave Handbook of South–South Migration and Inequality* (pp. 83–104). Springer International Publishing.

Laney, E., Nkusi, A., Herrera, C., Lane, M., Sampath, A., Kitron, U., Fairley, J. K., Philipsborn, R., e White, C. (2023). Intersections of climate change, migration, and health: experiences of first-generation migrants from Latin America to the Atlanta-metropolitan area. *Global Public Health*, 18(1). <https://doi.org/10.1080/17441692.2023.2261773>

Lawrence, M., Janzwood, S., e Homer-Dixon, T. (2022). What is a global polycrisis? (Version 2.0). Cascade Institute. <https://cascadeinstitute.org/wp-content/uploads/2022/04/What-is-a-global-polycrisis-v2.pdf>

Lönnqvist, J.-E., Jasinskaja-Lahti, I., e Verkasalo, M. (2011). *Personal Values Before and After Migration*. *Social Psychological and Personality Science*, 2(6), 584–591. doi:10.1177/1948550611402362

Machado, V. F. (2021). Análise do “normatizar” da crise venezuelana no Brasil e sua relação com a política discursiva da operação acolhida. *Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais*, 30, 31–67. <https://doi.org/10.47284/2359-2419.2021.30.3167>

- Magalhães, L. F. A., Bógus, L. M. M., e Baeninger, R. (2018). Migrantes haitianos e bolivianos na cidade de São Paulo: transformações econômicas e territorialidades migrantes. *REMHU*, 26(52), 75–94. <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880005205>
- Magalhães, L. F. A., Bógus, L., e Baeninger, R. (2021). Covid-19 e imigração internacional na Região Metropolitana de São Paulo. *REMHU*, 29(61), 15–32. <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006102>
- Martén, L., Hainmueller, J., & Hangartner, D. (2019). "Ethnic Networks Can Foster the Economic Integration of Refugees." *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 116(33), 16280-16285. doi: 10.1073/pnas.1820345116.
- Martin, D., Goldberg, A., e Silveira, C. (2018). Imigração, refúgio e saúde: perspectivas de análise sociocultural. *Saúde e Sociedade*, 27(1), 26–36. <https://doi.org/10.1590/s0104-12902018170870>
- Martuscelli, P. N. (2021). How are forcibly displaced people affected by the Covid-19 pandemic outbreak? Evidence from Brazil. *The American Behavioral Scientist*, 65(10), 1342–1364. <https://doi.org/10.1177/00027642211000402>
- McCauliffe, M., Kitimbo, A., Abel, G., Sawyer, A., e Klatt, J. (2019). *Migration and Migrants: Regional Dimensions and Developments*. In: *World Migration Report 2020*. pp. 53-124 Geneva, Switzerland: International Organization for Migration (IOM)
- Milesi, R., Coury, P., e Rovery, J. (2018). Migração Venezuelana ao Brasil: discurso político e xenofobia no contexto atual. *Revista Aedos*, 10(22), 53–70. Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/83376>
- NASEM National Academies of Sciences, Engineering, and Medicine. (2015). *The Integration of Immigrants into American Society*. Washington, DC: The National Academies Press. <https://doi.org/10.17226/21746>.
- National Hurricane Center. (2018). Tropical Cyclone Report: Hurricane Maria (AL152017). https://www.nhc.noaa.gov/data/tcr/AL152017_Maria.pdf
- Paredes, Y., e Doria, J. (2022). Perfil de calidad de vida y bioclima de los habitantes del sector Los Curos, Mérida – Venezuela. *Revista GICOS*, 7(1), 55–69. <https://doi.org/10.53766/gicos/2022.07.01.04>
- Paz Noguera, B., Alpala Ramos, O., e Villota Vivas, E. (2021). Análisis de la migración venezolana en la ciudad de Pasto: características y percepciones de los migrantes. *Tendencias*, 22(1), 71–94. <https://doi.org/10.22267/rtend.202102.155>
- Pennix, R. (2005). *Bridges and barriers for a welcoming society: the interplay of policies and migrant networks in Europe*. In T. M. Devine & P. Panayi (Eds.), *Europe's new minorities: Migration and integration in Western Europe* (pp. 15-32). Harlow: Pearson Education.
- Pereira, F. H. L. C. da S., De Sousa, L. M., e Mont Alverne, T. C. F. (2018). Direito à saúde para o residente fronteiriço: desafio para a integralidade do SUS.

- Pot, A., Keijzer, M., e De Bot, K. (2020). The language barrier in migrant aging. *International Journal of Bilingual Education and Bilingualism*, 23(9), 1139–1157. <https://doi.org/10.1080/13670050.2018.1435627>
- Quijano, A. (2000). Coloniality of power and eurocentrism in Latin America. *International Sociology: Journal of the International Sociological Association*, 15(2), 215–232. <https://doi.org/10.1177/0268580900015002005>
- Silva, C. (2018) Migração de venezuelanos para São Paulo: reflexões iniciais a partir de uma análise qualitativa. In: Baeninger, R.(Org). *Migração Sul –Sul*. Campinas
- Simich, L., Beiser, M., Stewart, M., e Mwakarimba, E. (2005). Providing social support for immigrants and refugees in Canada: Challenges and directions. *Journal of Immigrant and Minority Health*, 7(4), 259–268. <https://doi.org/10.1007/s10903-005-5123-1>
- Søgaard Jørgensen, P., Jansen, R. E. V., Avila Ortega, D. I., Wang-Erlandsson, L., Donges, J. F., Österblom, H., Olsson, P., Nyström, M., Lade, S. J., Hahn, T., Folke, C., Peterson, G. D., e Crépin, A.-S. (2024). Evolution of the polycrisis: Anthropocene traps that challenge global sustainability. *Philosophical Transactions of the Royal Society of London. Series B, Biological Sciences*, 379(1893). <https://doi.org/10.1098/rstb.2022.0261>
- Szwarcwald, C. L., de Souza Junior, P. R. B., de Carvalho, T. D. G., de Queiroz, R. S. B., de Castilho, E. A., e Leal, M. do C. (2024). Using respondent-driven sampling (RDS) to identify the healthcare needs among women of reproductive age who migrated from Venezuela to Brazil, 2018–2021. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 21(6), 811. <https://doi.org/10.3390/ijerph21060811>
- the UN Refugee Agency (UNHCR). (2024). *Forced displacement flow dataset*. <https://www.unhcr.org/refugee-statistics/insights/explainers/forcibly-displaced-flow-data.html>
- United Nations. (2013). Cross-National Comparisons of Internal Migration: An Update on Global Patterns and Trends Technical Report No. 2013/1. New York: Department of Economic and Social Affairs. Disponível em: <https://www.un.org/en/development/desa/population/publications/pdf/technical/TP2013-1.pdf>.
- Vandeyar, S., e Vandeyar, T. (2012). Re-negotiating identities and reconciling cultural ambiguities : socio-cultural experiences of Indian immigrant students in South African Schools. *Journal of Social Sciences*. <https://repository.up.ac.za/handle/2263/56657>
- Ventura, D. (2015). Mobilidade humana e saúde global. *Revista USP*, 107, 55–64. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i107p55-64>
- Vygotsky, L. S., e Cole, M. (1978). *Mind in society: Development of higher psychological processes*. Harvard University Press.

Weitzman, A., e Huss, K. (2024). The Venezuelan humanitarian crisis, out-migration, and household change among Venezuelans in Venezuela and abroad. *Demography*, 61(3), 737–767. <https://doi.org/10.1215/00703370-11330409>